



ACÓRDÃO Nº1094/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE - AM nº 10932/2020.

1- Assunto: Prestação de Contas Anual

2- Órgão: Câmara Municipal de Maués

3- Exercício: 2019

4- Responsável: Simildon Antonio Cavalcante da Rocha (Ordenador de Despesa)

5- Advogado: não possui

6- Unidade Técnica: DICAMI

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3181/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Simildon Antonio Cavalcante da Rocha**, responsável pela Câmara Municipal de Maués, relativo ao exercício de 2019, nos termos do art. 22, inciso II e 24 da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, c/c art. 5º, II e art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

9.2. Aplicar Multa ao **Sr. Simildon Antonio Cavalcante da Rocha** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) em decorrência dos item 6 e subitens do Relatório/Voto, nos termos do art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – RI-TCE/AM; e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento



ACÓRDÃO Nº1094/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

9.3. Recomendar ao Sr. Simildon Antonio Cavalcante da Rocha e recomendar ao órgão de origem, a observância das normas legais que norteiam boa Administração Pública, devendo tomar ciências das impropriedades apontadas nas peças técnicas emitidas nesta instrução processual, a fim de evitar o cometimento de futuras falhas, especialmente sobre o item 5.f do Relatório/Voto.

9.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno:

9.4.1. Notifique os interessados com cópia das peças Técnicas, quais sejam: Relatório Conclusivo e Parecer Ministerial, Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório.

9.4.2. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 26 de Outubro de 2021.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição